
Estudantes negras no Samambaia: produção de sentidos no jornal-laboratório¹

Janaína de OLIVEIRA²
Denise Rodrigues SOARES³
Luciene de Oliveira DIAS⁴
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

No ano 2000, apenas 2,2% dos estudantes universitários brasileiros eram negros. Após 17 anos das ações afirmativas e pesquisas que impulsionaram a política, a quantidade de pessoas negras diplomadas subiu para 9,3%. Com salas de aula mais diversas, este artigo busca analisar, sob a ótica do feminismo negro, a produção jornalística de sentidos criada por estudantes negras nas últimas dez edições do Samambaia, jornal laboratorial do curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Resultados preliminares apontam a presença marcada da diversidade e sinaliza um caminho ainda a se percorrer para que alcancemos o respeito às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal-laboratório; Samambaia; Mulheres negras; Jornalismo; Ações Afirmativas.

No contexto brasileiro, os movimentos negros são os principais porta-vozes de reivindicação por justiça e direitos sociais. Segundo as pesquisadoras Filice e Santos (2016), foi a partir da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, que a entrada de militantes no campo político, além da produção cultural e científica de militantes negros e apoiadores não-negros foram articuladas. Contudo, Lemes e Severi (2015) identificaram que a existência de discriminação racial no Brasil foi assumida publicamente pelo Estado somente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 a 2002.

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 – Jornalismo, do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019.

² Estudante de Graduação 9º semestre do curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: oliveirajanaina97@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), linha de pesquisa Mídia e Cultura, da FIC/UFG. E-mail: denisesoaresdrs@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais, da UFG. E-mail: lucienediasufg@gmail.com

Com isso, os espaços públicos e de poder se mostravam, na teoria, como democráticos e de livre acesso. Contudo, o acesso e ocupação desses lugares eram restritos às pessoas que, historicamente, viviam em condições de privilégio perante uma sociedade racista, machista e elitista. Os reflexos desses agenciamentos puderam ser percebidos no ano 2000, quando pesquisas apontaram que apenas 2,2% dos universitários brasileiros eram negras e negros (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Foi com a resistência dos movimentos negros e sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, que as primeiras experiências de políticas de cotas raciais surgiram na Universidade de Brasília (UnB), o que possibilitou que as discussões se expandirem. Nos governos Dilma Vana Rousseff, de 2011 a 2016, as políticas de ações afirmativas no ensino superior foram diversificadas e institucionalizadas nas universidades públicas federais. Segundo reportagem da Agência Brasil (2018), em 2017 as chances de pessoas negras cursarem o ensino superior subiu de 2,2% no ano 2000 para 9,3% em 2017.

De acordo com o Censo do Ensino Superior (INEP, 2018), em 2017, das cinco regiões brasileiras, a Sudeste foi a que apresentou maior número de matrículas de pessoas negras em cursos de graduação presenciais e a distância, com 242.273 estudantes negros matriculados e 790.093 pardos. A região com menor número de matrículas foi a Norte, com 39.518 negros matriculados e 330.703 pardos. Esse levantamento se repete na referência aos estados, pois o Acre foi o estado com menor número de matrículas de estudantes negros, com apenas 988 e São Paulo com o maior número, 102.530 matrículas. Em Goiás, nesse mesmo período, houve 15.779 matrículas de pessoas negras e 85.236 de pardos.

Nessa medida, as salas de aula das universidades se tornaram mais diversas e as discussões sobre o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais necessários a uma vida digna foram popularizadas. Porém, a pesquisadora goiana Mariza Santos (2016) identificou que dentro da universidade a trajetória de intelectuais negras e negros continua sendo exceção à regra, tendo em vista o extermínio da juventude negra, o silenciamento e diversos outros obstáculos à sobrevivência e à ascensão social.

Entre outras contribuições, a pesquisa de Santos (2016) demonstra a naturalização do racismo na sociedade brasileira que perpetua violências e cerceamento no acesso a direitos sociais. A percepção de que o preconceito e discriminação não são uma regra

social a ser seguida, de acordo com a autora, ocorre quando estudantes “[...] passam a compreender como o pertencimento étnico-racial interfere em suas trajetórias a partir da adoção de um posicionamento crítico frente às relações raciais” (SANTOS, 2016, p. 138). Essa constatação fundamenta a hipótese de que para além da inserção de pessoas negras nas universidades, também se fazem necessários debates e reflexões sobre as complexidades que perpassam as relações étnico-raciais, de classe e de gênero.

É Munanga (2003) quem comenta que as populações contemporâneas utilizam a palavra “raça” de forma político-ideológica, uma vez que representa imaginariamente um grupo social. Portanto, o conceito de raça aqui apresentado faz referência a grupos com traços culturais, linguísticos e religiosos específicos que são expostos cotidianamente a uma construção social que naturaliza o racismo e provoca agressões que perpassam questões de raça, gênero e classe.

Se por um lado, os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outro, a sua auto-estima rasgada pela alienação racial, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura “ocidental” local, como pretexto para viver separados dos imigrantes árabes, africanos e outros países não ocidentais (MUNANGA, 2003, p. 9)

O posicionamento de Munanga (2003) levanta o questionamento sobre identidades que, segundo Hall (1998), não podem ser entendidas no singular, uma vez que não existe uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente. A defesa do autor é da identidade enquanto uma contínua construção, resultado de um processo de identificação humana e variável. No caso da identidade cultural – gerada por aspectos de “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais – Hall (1998) afirma que os sujeitos assumem identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em um “eu” linearmente constituído. Com essas definições, podemos avançar para a discussão sobre negritude.

Há cerca de cinquenta anos, nascia a negritude enquanto conceito e movimento ideológico. Durante esse meio século muito se escreveu sobre o assunto. Várias interpretações, às vezes ambíguas, foram formuladas, de acordo com o dinamismo da realidade do mundo negro no continente africano e na diáspora (MUNANGA, 1998. p. 27)

Ainda segundo Munanga (1998), a palavra negritude possui uma variedade de definições que flutuam de forma cultural, biológica, psicológica e classista. O termo surgiu na tentativa de ser referência a tudo que tange à raça negra e a consciência de pertencer a ela. Enquanto movimento, integrou diferentes nações de intelectuais negros, mas principalmente nações africanas. Atualmente, ainda não há consenso sobre o uso da palavra negritude fora da realidade africana. Munanga (2018), então, orienta que ser negro no Brasil tornou-se uma escolha política, pois as pessoas são discriminadas de acordo com a cor da pele, do mais claro ao mais escuro. Dessa forma, ser negra no Brasil e neste trabalho, é uma definição política que surgiu pela frequência, quase naturalizada, de tentar suprimir a própria identidade negra utilizando termos atenuantes - como morena, mulata, mestiça e afro-brasileira.

No caso das mulheres negras as discriminações de gênero ainda somam-se enquanto obstáculos. As mulheres negras estão historicamente suscetíveis às definições morais e físicas das sociedades racistas que desenvolvem estereótipos racistas, sexistas e objetificadores (MUNANGA, 2003). Essas construções são convergentes nos sistemas de opressão que perpassam as existências dessas mulheres. Contudo, cada vez mais mulheres negras e brasileiras, como observa Sueli Carneiro (2003), resistem em busca de emancipação por meio da conscientização sobre as questões que as atingem seja pela cor da pele, traços físicos ou pelo gênero. Esse processo fez surgir uma reconstrução das identidades (CARNEIRO, 2003).

As identidades que se constroem sobre as mulheres e que as mulheres constroem para si, como demonstra Bairros (1995), se relacionam com a experiência e com a noção de que o pessoal é político e que as organizações que buscam contrapor os mecanismos de dominação vigentes são plurais. Nesse sentido nos aproximamos dos feminismos plurais e do feminismo negro que permite a compreensão sobre o ponto de vista de experiências, social e historicamente, predeterminadas, uma vez que as experiências vindas do ser mulher e do ser negra são dimensões indissociáveis. Ao trazer bell hooks para a discussão, Bairros (1995, p. 462) contrapõe as noções de inferioridade e superioridade e defende que a experiência não serve para apenas descrever as opressões de mulheres por homens, mas sim, para o “entendimento crítico sobre o terreno de onde essa realidade emerge”.

Nesse sentido, o jornal Samambaia, resultado do trabalho coletivo das estudantes do laboratório de Jornalismo Impresso da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), é nosso instrumento de investigação neste artigo. A partir da análise de dez edições do jornal, da 73 a 82, publicadas nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, faremos uma análise e discussão sobre a ocupação desses espaços a partir da realidade de mulheres jovens, universitárias e negras.

INTERSECCIONALIDADES NO ESPAÇO LABORATORIAL

O jornal laboratorial Samambaia do curso de Jornalismo da FIC/UFG teve sua primeira edição lançada em julho de 2000 e seu editorial evidenciava uma projeção positiva em relação à produção coletiva no espaço universitário (DIAS, 2010a). Ao longo dos quase 19 anos de existência, a linha editorial, angulação e, inclusive, formato e planejamento gráfico foram se alterando em sintonia com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Jornalismo. O PPC vigente, publicado em 2015, dispõe nos objetivos específicos as pretensões de:

[...] estimular o compromisso profissional com os princípios democráticos, da cidadania, dos direitos humanos e da sustentabilidade;
[...] favorecer o desempenho profissional em múltiplos contextos de atuação jornalística, possibilitando a inserção profissional em contextos institucionais, políticos, geográficos e sociais. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE JORNALISMO UFG, 2015 p. 7)

O compromisso com a preparação para a formação cidadã advém do PPC de 2004, contudo, na perspectiva de Dias (2010b), alcançar essa noção só se torna possível quando a teoria e prática se complementam em uma construção processual que considera elementos como contexto social e mantém o respeito à diversidade de saberes. Essa concepção se aproxima do que Medina (2003) propõe para contrapor a perpetuação de uma prática jornalística, que tem início nos bancos universitários, e que se reflete em um jornalismo que substitui a narrativa de sentidos pela narrativa simplesmente técnica.

Luciene Dias (2010b) explica que a proposta do jornal-laboratório não é simular a rotina de produção das redações, mas, sim, promover uma reflexão e prática que conteste as práticas do mercado jornalístico que, conforme critica Medina (2003),

promovem mediações reducionistas que corrompem a função de mediação social que jornalistas deveriam assumir. Ademais, enquanto proposta pedagógica, o laboratório não deve servir como um espaço de adestramento (DIAS, 2010b) e, com isso, estudantes de Jornalismo, no exercício de produção do Samambaia, são incentivados a contestarem e contribuir ativamente no processo de criação-aprendizagem coletivo do fazer jornalístico.

Sendo a linguagem jornalística composta por sistemas simbólicos, Lage (1986) a entende como um gênero literário que pode ser entendido a partir de três tópicos. O primeiro é “registro de linguagem” definido como a conciliação entre o interesse de uma comunicação eficiente com o interesse da aceitação social (LAGE, 1986), ou seja, ele diz que a linguagem jornalística é constituída por palavras, expressões e regras combinatórias possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal; o segundo tópico definido por Lage (1986) corresponde ao processo de comunicação do qual a linguagem jornalística faz a mediação entre a informação e os sujeitos que consomem e repercutem os produtos do jornalismo; o terceiro tópico diz sobre compromissos ideológicos em que o autor atenta para a impossibilidade de se fazer um jornalismo que não reflita a sociedade e o tempo histórico (LAGE, 1986).

Nos últimos quatro anos em que observamos com proximidade o desenvolvimento do jornal-laboratório percebemos a preocupação não só com a técnica da escrita jornalística, mas, sobretudo, com as pautas executadas e o compromisso assumido com o público-alvo, definido sempre nas primeiras semanas de aula. Ao longo de um semestre, as estudantes que cursaram as disciplinas de Jornalismo Impresso na FIC/UFG vivenciaram a experiência da prática jornalística em laboratório com a produção de, no mínimo, uma edição do jornal Samambaia.

Dessa maneira, cada edição do Samambaia se desenhou a partir de um linha editorial que priorizou a defesa dos Direitos Humanos, a narrativa de histórias sociais, mas que apresentou a pluralidade encontrada nas salas de aula. Entretanto, um levantamento quantitativo que considerou o perfil étnico-racial e de gênero das estudantes do jornal-laboratório apontam dados que demonstram a pouca representatividade de mulheres negras, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela - Levantamento quantitativo étnico-racial do jornal-laboratório de 2016 a 2019

	EDIÇÃO									
	N.73	N.74	N.75	N.76	N.77	N.78	N.79	N.80	N.81	N.82
	Ago/ 2016	Out/ 2016	Dez/ 2016	Fev/ 2017	Mai/ 2017	Jul/ 2017	Ago/ 2017	Dez/ 2017	Ago/ 2018	Mar/ 2019
Editoras negras	-	-	-	-	1	1	1	3	2	1
Repórteres negras	-	-	1	2	3	2	2	2	4	2
Editoras não-negras	9	9	8	10	9	7	6	2	9	5
Repórteres não-negras	9	12	7	8	8	9	8	6	11	7
Editores negros	-	-	1	-	1	1	-	1	2	-
Repórteres negros	1	1	3	3	2	2	1	2	2	-
Editores não-negros	2	2	1	1	2	-	-	5	1	2
Repórteres não-negros	1	2	3	4	2	5	4	4	2	5

Fonte: Adaptado de Samambaia (2019)

Com o exposto, percebe-se que a construção do jornal-laboratório continua sendo executada por uma maioria não-negra, apesar do crescimento de zero ao máximo de quatro repórteres e três editoras negras, por edição, no período pesquisado. Ao todo foram percebidas 9 editoras negras, 18 repórteres negras; 6 editores negros, 17 repórteres negros; 74 editoras não-negras, 85 repórteres não-negras; 16 editores não-negros e 32 repórteres não-negros. O espaço, portanto, é mais preenchido por mulheres não-negras, seguido de homens não-negros, mulheres negras e, por último, por homens negros.

Essa disposição indica que, apesar da pluralidade dos espaços acadêmicos após a implantação da política de cotas, os ambientes do ensino superior continuam reproduzindo uma sistematização da sociedade brasileira. Santos (2016, p. 68) percebe essas nuances no espaço acadêmico advindas com os mecanismos de seleção elitizantes das universidades públicas e conclui que sendo o espaço público “lugar da realização da vida urbana como possibilidade de encontro, também é lugar de copresença como negação do outro”. A conservação dos mecanismos de opressão de uma chamada “ordem social” demarcam a ausência de mais pessoas negras no jornal-laboratório Samambaia.

Como resultado dessa equação, as reportagens sobre gênero e raça são, em sua maioria, a partir de um ponto de vista de mulheres não-negras. Na edição 73, de agosto de 2016, a capa do jornal estampa uma estudante de jornalismo negra e mãe-solo. Na

imagem, ela está sentada em uma cadeira da universidade e se divide entre a tarefa de amamentar sua filha e fazer anotações em seu caderno durante a aula. A matéria, disposta na página 8, fala sobre maternidade e traz além dessa mulher, outra mulher, branca, que também se tornou mãe durante a graduação, mas que não é representada em imagem, já que a foto ilustrativa de dentro do jornal é da mesma estudante que estampa a capa da edição. A reportagem foi feita e editada por homens não-negros.

Na edição 74, de outubro de 2016, a capa da edição que trata sobre o preconceito com religiões e traz como discussão religiões de matrizes africanas como o candomblé e a umbanda, mas também os espíritas. Entretanto, a mesma edição reporta, na página 6, mulheres na política. A matéria feita por duas repórteres não-negras foca na saga de mulheres por espaço em ambientes de poder, mas não há sequer indícios da inclusão de mulheres negras na mesma pauta. As protagonistas da matéria são apenas duas mulheres brancas.

Ainda na edição de número 74 a única repórter negra escreveu sobre “Perigo no transporte público”. A temática de cidades também foi reproduzida na edição seguinte, de número 76, quando a mesma repórter escreveu sobre concertos. Todavia, outra repórter negra discutiu “O dia da consciência sem consciência” que falava sobre a importância de que a educação étnico-racial seja praticada diariamente.

Na edição 77, mais uma vez a atuação das repórteres negras no jornal-laboratório se mostrou plural. Uma escreveu sobre empreendedorismo universitário e a música como forma de identificação; outra escreveu sobre a procura de estudantes por vagas em empresas de telemarketing como forma de tentar balancear estudos e trabalho; e outra repórter negra escreveu sobre o “Padrão primeira-dama”, uma crítica à heteronormatividade como agenciadora na atuação das mulheres brancas na política. Em julho de 2017, na edição 78, duas repórteres negras escreveram no jornal. Uma falou sobre uma associação que construiu hortas em Goiânia e outra escreveu sobre uma organização de mulheres para divulgação de oferta e procura de produtos e serviços apenas para mulheres.

Na edição 80, de agosto de 2018, quatro repórteres negras produziram para o Samambaia. Uma falou sobre a jornada do passe-livre estudantil; outra produziu um artigo de opinião que criticava a ausência de representatividade de pessoas negras, trabalhadores e LGBT nos espaços de poder político; outra estudante escreveu sobre as

dificuldades em equilibrar estudos, moradia, transporte e saúde mental na universidade; e outra produziu uma reportagem que denunciava o aumento de casos de assédio na UFG. Na edição mais recente do jornal-laboratório, de número 82, temos, mais uma vez, a representação plural das estudantes negras do curso de Jornalismo. Uma aluna escreveu sobre as dificuldades encontradas pelos estudantes para manter uma rotina de atividade física, enquanto a outra partilhou conhecimentos sobre o ogãs do candomblé.

O que se evidencia com a breve exposição dos trabalhos das estudantes negras no jornal-laboratório é a pluralidade de identidades e de pontos de vista. Ainda que os atravessamentos de gênero e raça sejam semelhantes entre essas mulheres, uma vez que a sociedade se construiu histórica e socialmente machista e racista, os demais elementos que constituem as identidades dessas estudantes interferem no modo como vão se posicionar nos espaços públicos que ocupam, como no caso específico do laboratório de uma universidade federal.

CONSIDERAÇÕES

Apesar da quantidade de negras e negros dentro das universidades ter quase quadruplicado entre 2000 e 2017, a população negra permanece na posição de minoria, sendo menos que 10% dos universitários brasileiros formados (AGÊNCIA BRASIL, 2018). No período pesquisado (2016-2019), o Samambaia reflete as estatísticas, pois a construção do jornal laboratório continua sendo executada por uma maioria não-negra, apesar do crescimento de zero repórteres negras na edição 73 ao máximo de 4 repórteres negras na edição 81; e também de zero à 3 editoras negras nas edições 80 e 81.

A pouca presença de mulheres negras nas redações do jornal-laboratório indica que apesar das políticas públicas de cotas e acesso à universidade a ocupação desses espaços ainda está distante de ser equilibrada em níveis étnico-raciais. Dias (2010a), enquanto professora universitária e mulher negra já havia produzido um artigo que antecipava o processo lento verificado em nossa pesquisa quantitativa. Além disso, demonstrou a preocupação em promover ações afirmativas que buscassem equidade entre os estudantes ingressantes por cotas com os alunos que ingressaram pela ampla concorrência e, especialmente, propor uma ressignificação do Jornalismo no Brasil.

Quais são os critérios adotados para a seleção dos apresentadores dos telejornais, dos repórteres que vão para as ruas levar a imagem da empresa jornalística? O que está oculto em nossas escolhas, e que devemos trazer à superfície? Agora, que temos entre nossos estudantes um número visibilizado de negros e egressos de escola pública, devemos nos preparar para promover reflexões sobre um Jornalismo que também respeite a diversidade. (DIAS, 2010a, p. 68)

As mulheres negras possuem uma experiência sócio histórica diferenciada, que as afeta até hoje de forma distinta em relação a outro grupo étnico-racial. Para Carneiro (2003), o discurso clássico sobre opressão contra a mulher não dá conta dessa diferença quantitativa. Assim, propõe que pensar que a construção da verdadeira identidade feminina negra, “é um projeto em construção que depende do rompimento com velhos modelos impostos à mulher, que depende da construção da plena cidadania à mulher pela garantia de seus direitos fundamentais” (CARNEIRO, 1989, p. 12).

Nesse sentido, um ponto em comum entre todas as edições é o lugar de protagonista das pessoas negras em temas vinculados à dificuldades financeiras e materiais. No caso da edição 73, a matéria de capa reporta mães universitárias com uma mulher negra protagonista. Na mesma edição, a matéria da página 3 reporta a saga da jornada dupla de estudo e trabalho, sendo um homem negro o entrevistado em destaque. São raras as reportagens feitas por pessoas não-negras que subvertem esse lugar, mas existe uma, na edição 73, com o protagonismo de uma mulher negra campeã paralímpica e também na edição 74 com a experiência de uma jornalista negra que realizou intercâmbio para Portugal durante a graduação.

A importância dessa preocupação está para além do ativismo do feminismo negro e recai na prática do próprio jornalismo pelo vício na perspectiva do ponto de vista dos seus profissionais. O resultado dessa postura é o que Cremilda Medina (2003) define como falta de sensibilidade e atenção, uma vez que as estruturas da própria profissão não dão conta de perceber a profundidade das realidades ao seu redor ou acompanhá-las. Hoje a população negra brasileira não necessariamente ocupa espaços de subalternidade, mas apesar das novas relações étnico-raciais em relação à toda história do país, o jornalismo continua recaído em clichês que reforçam um discurso de uma cultura estruturalmente racista.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cotas foram revolução silenciosa, afirma especialista.** Publicado em 27 de maio de 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em 24 de março de 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: **Estudos feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. V.3, n.2. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em 22 de março de 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora 49, 2003, p. 49-58.

COORDENAÇÃO DE JORNALISMO. **Projeto pedagógico do curso de Jornalismo UFG.** Goiânia: UFG, 2015. 85p. Disponível em: <<https://jornalismo.fic.ufg.br/p/2690-estrutura-curricular>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

DIAS, Luciene. Caminhos para a diversidade: ações afirmativas demandam acompanhamento. In: MAIA, Juarez Ferraz de (org.). **Jornalismo UFG**. Goiânia: FUNAPE/Facomb, 2010a.

DIAS, Luciene. **Samambaia:** Jornal-laboratório como construção coletiva. In: MAIA, Juarez Ferraz de (org.). **Jornalismo UFG**. Goiânia: FUNAPE/Facomb, 2010b.

FILICE, Renísia Cristina Garcia; SANTOS, Deborah Silva. **Movimento negro e políticas públicas:** singularidades de uma luta pela educação no Brasil (1970 - 2003). Especialização em história e cultura afrobrasileira e africana, módulo 2, capítulo 8, Universidade Federal de Goiás, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2017.** Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 08 de abril de 2019.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

LEMES, Mauricio Buosi; SEVERI, Fabiana Cristina. **Contextualização histórica das políticas de cotas em universidades públicas federais no cenário de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013).** Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Revista Digital de Direito Administrativo, v. 2, n. 1, p. 221-237, 2015. Disponível em: <<https://historiaecultura.ciar.ufg.br/>>

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente:** narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação PENESB-RJ, em 05/11/03. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **É preciso unir as lutas, sem abrir mão das especificidades.**
Entrevista proferida ao Jornal A Tarde, publicado em 18/06/2018. Disponível em:
<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1970193-kabengele-munanga-e-preciso-unir-as-lutas-sem-abrir-mao-das-especificidades?utm_source=facebook.com>

SANTOS, Mariza Fernandes. **Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico:**
trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás.
Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2016.